

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais está sujeita ("**Política de Gerenciamento de Riscos**").

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de riscos, com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar os riscos. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco aos quais a Companhia está sujeita:

- *Risco Estratégico*: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia;
- *Risco Operacional*: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas;
- *Risco de Imagem*: risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes;
- *Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação*: risco de falhas nos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e *endpoints* de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades;
- *Risco de Vendas*: risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma, loja física e quiosques da Companhia, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de *marketing*, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), bem como falhas em abastecimento de mercadorias na plataforma e transporte;
- *Risco de Liquidez*: risco de falta de capacidade financeira da Companhia, ou a sua falta de capacidade de se financiar para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Risco de Compliance:** risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas;
- **Risco de Informação:** risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação; e
- **Risco Estrutural do Meio de Pagamento:** risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework* (COSO), a Companhia estabelece um processo de gerenciamento dos riscos que engloba os seguintes componentes:

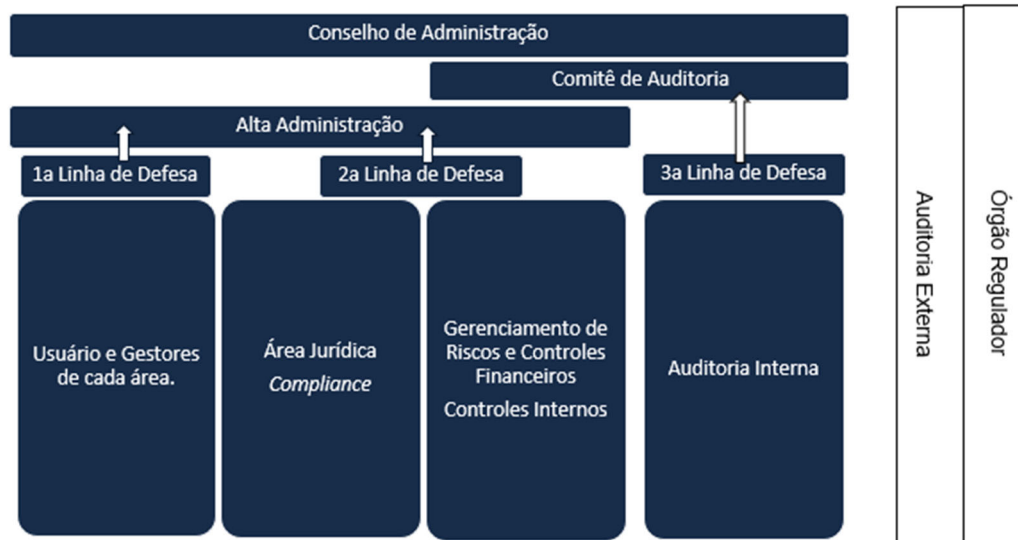
- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- **resposta ao risco** – a administração deve implementar um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – as informações relevantes são identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos que está exposta. A Companhia reconhece que tais riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma estrutura de detecção e prevenção de riscos composta por três linhas de defesa, conforme figura abaixo, que mostra como se dá a comunicação pelo plano hierárquico da Companhia:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por:

- determinar o *Apetite por Riscos* (assim entendido o nível de risco associado à consecução dos objetivos da Companhia) e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria;
- aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos; e
- revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pelas divisões de controles internos e *compliance*.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável por:

- implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- propor ao Conselho de Administração o *Apetite por Risco* da Companhia;
- conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- avaliar periodicamente a Avaliação de Risco (assim entendida a avaliação quantitativa ou qualitativa da natureza e da magnitude dos riscos relativos aos objetivos da Companhia, a qual é baseada nas vulnerabilidades e ameaças conhecidas ou contingentes, assim como na probabilidade de concretização das ameaças e no potencial impacto sobre a Companhia), relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- avaliar e monitorar o Risco Estratégico;
- identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlato; e
- auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia está encarregado de:

- rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos;
- monitorar as exposições de risco da Companhia;
- fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Conduta, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (ombudsman), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- avaliar e monitorar o Risco de Liquidez;
- investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia; e
- fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos.

Áreas Jurídica e de Compliance

As áreas Jurídica e de Compliance se reportam ao Conselho de Administração e, dentre outras competências previstas nas normas internas da Companhia, estarão encarregadas de:

- avaliar e monitorar o Risco de *Compliance*;
- monitorar o cumprimento e auxiliar na interpretação de normativos emanados pelos órgãos reguladores a que a Companhia esteja sujeita;
- preparar boletins informativos e encaminhar para as áreas de interesse, quando julgar conveniente;
- mapear e conduzir treinamentos de *compliance* às áreas de interesse, os quais poderão envolver questões atinentes à legislação trabalhista, tributária, societária, de proteção de dados pessoais, entre outras;
- elaborar e manter atualizado o cadastro de pessoas identificadas como Partes Relacionadas, nos termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- reportar bimestralmente à Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna na avaliação e o Gerenciamento de Riscos de Compliance.

Áreas de Riscos e Controles Internos

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de controles internos e riscos corporativos se reportam à Alta Administração e estão encarregados de:

- estabelecer o processo de gestão do risco da Companhia;
- coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- avaliar e monitorar o Risco de Compliance, o Risco Operacional e o Risco de Informação;
- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Conduta da Companhia;
- realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e
- coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer Riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco.

Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna responde diretamente ao Comitê de Auditoria, se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e é responsável por:

- monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores;
- fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização;
- preparar relatórios bimestrais que descrevam os Riscos da Companhia e a avaliação de Risco correlata, e submetê-los ao Comitê de Auditoria;
- prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle;
- avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;
- determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;
- determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;
- avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades; e
- avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, a Companhia informa que contratou a sociedade Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ nº 18.596.945/0001-83, registrada na CVM sob o código 12076, que desde 16 de dezembro de 2020 vem exercendo as atividades de auditoria interna da Companhia, em conformidade com a prerrogativa estabelecida no artigo 23, parágrafo único, do Regulamento do Novo Mercado.

A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

Para mais informações, veja o fator de risco *“As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas ainda não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades”* no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos é assegurada através da hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos citados acima. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias gerido por terceiro independente e conta com auditores externos para auxiliar a identificação, estruturação e remediação de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sal adequação e confiabilidade.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias ou mensais (dependendo do volume de transações), processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação para a auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm reuniões periódicas para levantamento e confirmações de informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de suas operações. Essa avaliação de controles internos prevê as seguintes atividades:

- (a) Revisão de processos e controles;
- (b) Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- (c) Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- (d) Controle de perfis de usuários para rastreamento de registros dos lançamentos contábeis
- (e) realizados;
- (f) Monitoramento regulatório;
- (g) Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas, para análise de desvios e potenciais ajustes nas informações contábeis; e
- (h) Revisão pela Diretoria Financeira das demonstrações financeiras e relatórios de notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.1 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da área de controladoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área de Contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações financeiros é realizado pela contabilidade utilizando os relatórios e documentos disponibilizados pelas demais áreas da Companhia. Participa também do processo de revisão a diretoria executiva (incluindo o diretor financeiro).

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura de controles internos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui uma área de Controladoria que é responsável por supervisionar os controles internos e a efetividade de seu funcionamento, reportando ao Diretor Financeiro, para atualização dos processos e aplicação de eventuais mudanças e melhorias necessárias dos controles internos.

A área de Auditoria Interna, é responsável por fiscalizar o funcionamento dos controles internos, reportando às áreas responsáveis os assuntos levantados, e fornecendo relatórios de conclusão de seus trabalhos para o Comitê de Auditoria e para a Diretoria Executiva da Companhia.

Com o apoio da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente os riscos e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da Companhia emitiram, em 12 de janeiro de 2021, o relatório de Recomendações e Comentários à Administração da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

1. Fragilidade no processo de concessão de acessos e revisão de perfis de acessos não aderentes

Durante a análise do processo de concessão de acessos aos sistemas BOB, WMS e CMM, foi identificado que a aprovação para as solicitações de acesso não é formalizada no chamado de requisição. Ao solicitar um acesso, o gestor do colaborador não especifica o perfil a ser concedido, não sendo possível avaliar se o acesso é adequado e aprovado conforme solicitado, conforme exemplificado abaixo:

Nome	Cargo	Data de Início	Sistemas Ativos	Gestor
Indivíduo A	Analista de Dev de Negócios II	11/11/2020	BOB CMM WMS	Indivíduo B

O risco associado reside no fato dos acessos não serem aprovados e revisados antes da concessão, dessa forma, o usuário pode receber um acesso indevido e que não são inerentes a sua função e cargo, podendo ocasionar no uso indevido do acesso e consequentemente perda de dados, fraudes, perda financeira e uso indevido de informações da Companhia, além de conflitos de segregação de funções.

Foi verificado também que a revisão de acessos para os sistemas BOB, CMM e WMS, são realizadas apenas por meio de indagação aos usuários dos sistemas sobre os acessos existentes em cada aplicação. Dessa forma, existe o risco que os acessos podem ser utilizados de maneira indevida, por pessoas não autorizadas. O risco aumenta significativamente quando há um usuário desligado que continua com acesso aos sistemas.

Foi recomendado que todo acesso seja aprovado, revisado e formalizado antes que seja concedido. O processo de concessão de acesso é de extrema importância no ambiente de controles da Companhia.

Quanto à revisão dos perfis, foi recomendado que o processo de revisão de acessos seja implementado de modo que a área de tecnologia extraia por meio de relatórios do sistema todos os usuários ativos bem como seus respectivos perfis de acesso. Estes acessos devem ser avaliados pelo key user de cada módulo/aplicação ou gestor imediato de maneira que fique clara a análise realizada para avaliação dos acessos. Em caso de necessidade de revogação de um acesso por solicitação do revisor, a revogação deve ocorrer tempestivamente.

2. Aprimoramento do processo de fechamento contábil e processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras

Foi verificado que a Companhia não possui um procedimento formal de revisão e aprovação de certas análises de suas contas contábeis. Ficou evidente que a equipe responsável pelo fechamento e das preparações das demonstrações financeiras é reduzida frente às demandas existentes. Tal fato faz com que aumente o risco de que eventuais inconsistências existentes nos saldos contábeis, somente sejam identificadas, quando dos nossos procedimentos de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Também foi identificado que algumas análises contábeis não são efetuadas de forma tempestiva e que, para algumas contas contábeis com baixa movimentação, não há um procedimento adequado de análise dos saldos, a fim de que eventuais inconsistências sejam identificadas e regularizadas tempestivamente. Como exemplos, citamos os seguintes eventos:

- Ausência de mapa de movimentação das operações com empréstimos.
- Análise tardias de contas contábeis.
- Juros e variação cambial não registrados contabilmente.
- Derivativo (NDF) não reconhecido pelo valor justo.
- Volume elevado de alterações no balancete contábil durante o processo de auditoria.
- Volume elevado de lançamentos manuais.

Embora exista uma definição informal de um cronograma de fechamento contábil, o mesmo foi considerado comprometido, tendo em vista grande número de planilhas de controles em Excel.

Concluiu-se que ausência de análises ou análise tardias e número elevado de lançamentos manuais, principalmente relacionados a transações relevantes, aumentam significativamente os riscos de erros não detectados e, consequentemente o risco de distorção das demonstrações financeiras.

Dada à importância desse processo, foi recomendado que a Administração implemente um processo formal de fechamento, preparação, revisão e aprovação de análises, lançamentos manuais e demonstrações financeiras, observando os seguintes principais aspectos:

- Existência de um processo formal e periódico de revisão das estimativas contábeis (ex: provisão para perda nos estoques, provisão para contingências).
- Cada lançamento manual deve ser acompanhado de toda a documentação suporte da transação (ex.: além de uma nota fiscal do mês em revisão, o contrato para a qual a nota faz referência), de modo que o revisor tenha acesso à transação como um todo antes de aprova-la.
- Determinados registros contábeis, como o registro e a reversão de provisões contábeis, devem ser restritos e aprovados de acordo com os limites de alçada, visando garantir a consistência na aplicação dos conceitos contábeis.
- Transações não-rotineiras ou não-usuais devem ser analisadas previamente em relação aos pronunciamentos contábeis, visando definir sua contabilização e apresentação nas demonstrações financeiras antecipadamente e evitando quaisquer prejuízos aos prazos exigidos para publicação das informações.
- Para transações mais relevantes, um segundo nível de revisão deveria ser considerado.
- Análise da possibilidade de automatizar certos processos e lançamentos.
- Definição de política sobre lançamentos manuais e fechamento contábil (padrão, divulgação, cronograma, prazos, práticas contábeis etc.).

Adicionalmente, foi recomendada a revisão do processo de revisão das demonstrações financeiras, incluindo as demais áreas da Companhia no processo, tais como jurídico, financeiro, dentre outros, para assegurar a adequação das divulgações efetuadas.

A garantia que todos os assuntos relevantes estão divulgados é fundamental para uma adequada apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Tendo em vista as deficiências apontadas, veja também o fator de risco “*Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas em seus controles internos sobre relatórios financeiros e, se a Companhia deixar de implementar e manter controles internos eficazes sobre relatórios financeiros, poderá ser incapaz de relatar com precisão seus resultados operacionais, cumprir suas obrigações de reporte ou evitar fraudes. Falhas em seus sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisíveis, que podem afetar adversamente seus negócios. Os controles internos, sistemas, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes.*” item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Com relação às deficiências não apontadas como significativas, a Administração da Companhia avaliou e entendeu não ser necessário divulgá-las isoladamente.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia reviram os apontamentos dos auditores a respeito das deficiências significativas apontadas pelos auditores independentes e possuem as seguintes considerações:

1. Fragilidade no processo de concessão de acessos e revisão de perfis de acessos não aderentes

Revisaremos o processo atual e reforçaremos o controle colocando mais ponto de validações, no sistema de controle interno, para os gestores confirmarem os sistemas que precisam ser liberados e garantir que os acessos solicitados são aderentes à necessidade funcional e se estão de acordo com o cargo.

Será implantado um processo de revisão periódico de acesso em todos os sistemas.

2. Aprimoramento do processo de fechamento contábil e processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras

A Companhia está em processo de adequação de sua estrutura contábil visando a ampliação do quadro e aumento da capacidade de análise tempestivas e acompanhamento das mudanças nas normas contábeis e revisões de pronunciamentos. Em consonância ao reforço de estrutura, a Companhia revisará os procedimentos adotados com o objetivo de torná-los automatizados e implementará um processo formal de fechamento observando os princípios apontados.

Em relação a inexistência de alguns pontos relacionados e em especial ao mapa de movimentação de empréstimos, contabilização de variação cambial e reconhecimento do valor justo dos derivativos, esses processos foram revisados pela Administração e estão refletidos nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta (“**Código**”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia. Além disso, a Companhia trata como condutas inadmissíveis e inegociáveis, sendo passíveis de demissão por justa causa, causar prejuízo intencional aos clientes ou à Companhia, práticas de corrupção e práticas de assédio moral/sexual ou discriminação de qualquer natureza.

A Companhia possui um canal interno para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada bimestralmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*, bem como coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento dos riscos.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código se aplica a todos os investidores, administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviços, parceiros e fornecedores, bem como a comunidade e a sociedade em geral, visando estabelecer os princípios e diretrizes que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, suas decisões de negócios e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre orientação verbal, advertência, suspensão, destituição da função e dispensa do empregado com ou sem justa causa.

As diretrizes e orientações contidas no Código são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações ou atualizações do Código, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, administradores, empregados, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como as demais públicos pertinentes.

O Código pode ser acessado: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canais independentes para eventuais denúncias, os quais são administrados por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao Comitê de Auditoria. Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados pelo call center (telefone 0800 900 9292), ou pelo site contatoseguro.com.br/westwing, estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informação, cabendo ao Comitê de Auditoria reportar tais assuntos ao Conselho de Administração, bem como acompanhar a apuração dos fatos.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia ou qualquer atividade suspeita. O canal garante o sigilo e anonimato quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento, investigação imparcial e confidencial. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias de boa-fé não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando a identificação de vulnerabilidade e de práticas irregulares. Nesse sentido, e com propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna responsável pela realização destes processos de diligência, que inclui a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados, contratação de escritórios de advocacia conceituados, dentre outros.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, exceto pelos riscos relacionados à pandemia da COVID-19 descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes****Outras informações relevantes sobre a Política de Gerenciamento de Riscos**

A Companhia possui formalizada Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral a serem avaliados e monitorados pela Companhia. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

Atualmente, conforme demonstrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia, a Companhia está exposta ao risco cambial, risco de juros, risco de crédito e risco de liquidez conforme disposto no item 4.2 deste Formulário de Referência.

- **Risco de Liquidez:** risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas. A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.
- **Risco de Crédito:** risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.
- **Risco Cambial:** atualmente a Companhia detém empréstimos em moeda estrangeira (Euros), protegidos por meio da contratação de derivativos, atrelando os empréstimos a uma taxa pré-fixada em Reais e, dessa forma, mitigando a exposição cambial para a Companhia.
- **Risco de Taxa de Juros:** a Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e expansão. Devido às operações de *swap*, parte substancial dos empréstimos da Companhia em aberto em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 eram pré-fixados, não estando, portanto, sujeitos a flutuação de taxas.

Estratégia de Proteção Patrimonial (*hedge*)

A Companhia visa se proteger das variações cambiais às quais seu endividamento financeiro está atrelado. O endividamento financeiro da companhia atrelado à variação cambial, é protegido por operações de *hedge*. Em 30 de setembro de 2020, o endividamento da companhia denominado em moeda estrangeira era de 538 mil euros e totalmente protegido por contratos de *non deliverable forward* no valor total de 544 mil euros.

Em relação as importações que a Companhia realiza, a Companhia busca travar o risco cambial entre a data da colocação do pedido e embarque da mercadoria através de aplicações em fundos atrelados à variação cambial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia utiliza contratos de *non deliverable forward*, que é um contrato a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo o objetivo é fixar antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Essas operações de *non deliverable forward* foram realizadas atreladas à operação de empréstimo em moeda estrangeira. A Companhia utiliza como parâmetro de gerenciamento deste risco as cotações da moeda estrangeira (Euro) e o valor a mercado da operação de *non deliverable forward*.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

Tendo em vista baixos é baixa a exposição da Companhia aos riscos acima mencionados, a matéria é tratada no âmbito das reuniões diárias entre os administradores da Companhia.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos é dada pela auditoria interna e pelo Comitê de Auditoria que são responsáveis pela revisão periódica dos procedimentos realizados pela diretoria da Companhia na gestão dos riscos.

Além disso, tais riscos são processados e analisados conforme a estrutura organizacional de controle de gerenciamentos de risco descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Até a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos vigente, a Companhia não contava com política formalizada para gerenciamento dos riscos. Não obstante, a Companhia possui histórico consolidado de baixo apetite de risco e sua alta administração mantém uma postura conservadora em relação à assunção de riscos das mais diversas naturezas, tendendo a optar pela segurança em seus processos decisórios.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e amplamente divulgada à toda a Companhia, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada e consegue monitorar os riscos de maneira eficaz.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, são realizados levantamentos dos procedimentos de controles para mitigação dos riscos e acompanhamento da evolução da estrutura de controles internos, além do acompanhamento dos planos de ações acordados para aprimoramento da estrutura de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, e das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A discussão e análise sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia a seguir descritas é baseada e deve ser lida em conjunto com essas demonstrações contábeis da Companhia, e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Conforme descrito nos itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$79.830 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R\$88.429 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,90. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$21.831 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R\$34.204 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,64. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o índice de liquidez corrente foi de 0,71 e 0,62, respectivamente. O crescimento do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2017 para junho de 2020 é motivado principalmente pelo aumento ao longo dos exercícios das antecipações de recebíveis, motivadas pelo aumento de nossa receita de vendas. Também contribuiu para o crescimento do índice de liquidez a captação de empréstimos de longo prazo durante o exercício de 2020, no montante de R\$5,1 milhões. Importante salientar que, em 30 de setembro de 2020, o principal item de nosso passivo circulante era a conta de receita diferida, no montante de R\$35.133 mil, que não representa uma obrigação de desembolso de caixa futuro. Ao excluirmos esse item, as demais contas do passivo circulante totalizam R\$53.296 mil, que representa um montante inferior ao total do nosso ativo circulante de R\$79.830 mil, o que demonstra que a Companhia possui condições de atender o financiamento de suas atividades.

Ressaltamos também que, em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui em caixa e equivalentes de caixa o montante de R\$52.462 mil. Essa posição de caixa praticamente garante o financiamento de nosso passivo circulante que terá desembolso de caixa (R\$53.296 mil, conforme demonstrado no parágrafo anterior).

Conforme demonstrado na Seção 10.1 (f), a dívida líquida da Companhia em 30 de setembro de 2020 é positiva (ou seja, os recursos financeiros ativos superam as obrigações da Companhia) em R\$38.800 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa capacidade de honrar nossos compromissos também está demonstrada em nosso índice de liquidez total (representado pela divisão do total do ativo pelo total do passivo). Passamos de um índice de 0,78 em 31 de dezembro de 2019 para 1,09 em 30 de setembro de 2020.

Por fim, outro fator que nos permite concluir sobre nossa habilidade para cumprimento das obrigações financeiras se refere à nossa geração de caixa. Conforme demonstrado na seção 3.1 (b), nosso EBITDA historicamente é positivo e, mesmo com o advento da pandemia do COVID 19, mostrou resiliência, mantendo-se na faixa de 6.2% sobre a receita operacional líquida.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$9.903 mil negativo, passando para R\$7.071 mil negativo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é atribuída, principalmente, ao lucro líquido obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$2.832 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$7.071 mil negativo, passando para R\$8.545 mil negativo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu, principalmente, do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$1.474 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$8.545 mil negativo, passando para R\$8.918 mil em 30 de setembro de 2020. Essa variação decorreu de: (i) lucro líquido obtido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$17.058 mil; e (ii) aumento de capital mediante incorporação reversa de controladora direta, no montante de R\$405 mil.

A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	98.781	39.225	32.191	32.854
Capital próprio (patrimônio líquido)	8.918	(8.545)	(7.071)	(9.903)
Capital total (terceiros + próprio)	107.699	30.680	25.120	22.951
Parcela de capital de terceiros	91,7%	127,9%	128,1%	143,1%
Parcela de capital próprio	8,3%	-27,9%	-28,1%	-43,1%

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros ao longo dos períodos em análise, como consequência do crescimento normal da operação e, especificamente para 2020, de captação de empréstimos realizado com o intuito de fortalecer o caixa da Companhia com o objetivo de sustentar o crescimento.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando os saldos de empréstimos (representado pelas operação de cédula de crédito bancário empréstimo para capital de giro e de 4131 contratadas junto aos bancos), os saldos de caixa e equivalentes de caixa disponíveis, e a geração positiva de fluxo de caixa operacional, a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia decorrem da utilização de empréstimos e de terceiros, descritos no item 10.1(f) abaixo, e da antecipação de recebíveis de cartões de crédito. Já para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossa principal fonte de financiamento foram antecipações de recebíveis de cartões de crédito e, especificamente para o exercício de 2018, recebimento de um contrato de mútuo dos ex-controladores da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessários, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução da dívida líquida da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020:

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	(52.462)	(4.336)	(4.310)	(1.228)
Aplicações financeiras	(152)	(68)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	(932)	(32)	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	(5.125)
Empréstimos	12.989	5.200	-	-
Passivo de arrendamento	1.757	3.040	-	-
Total	(38.800)	3.804	(4.310)	(6.353)

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de fornecer capital de giro e, passivos de arrendamento relacionados ao nosso centro de distribuição, nossa sede administrativa, e de nossa loja. A Companhia apresenta abaixo uma breve descrição dos contratos em vigor de empréstimos em 30 de setembro de 2020:

Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000010/82

Em 23 de março de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto à Caixa Econômica Federal, no valor principal de R\$1.400 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de sobrepreço de 0,43% ao mês somado a 100% do CDI CETIP. O contrato deve ser pago em 33 parcelas, com carência de 3 meses para início de pagamento das parcelas. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.272 mil. Em 11 de janeiro de 2021 a Companhia liquidou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

antecipadamente a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal pelo valor de R\$ 1.148 mil, não havendo, portanto, saldo devedor em aberto na data deste Formulário de Referência.

Cédula de Crédito Bancário nº 058038011-1

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R\$1.287 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de 9,12% ao ano. O contrato deve ser pago em 19 parcelas, sendo a primeira em 5 de março de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.294 mil.

Contrato de Empréstimo Internacional 1144064

Em 17 de fevereiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de empréstimo internacional com o Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no montante de EUR 1.072 mil, garantido por uma *standby letter of credit*. Sobre o valor do principal incide taxa de juros de 1,4067% ao ano¹. O contrato deve ser pago em 4 parcelas, sendo a primeira em 20 de maio de 2020 e a última em 17 de fevereiro de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 3.553 mil que pela Ptax de venda do Euro de 30/09 6,6132 representava um valor de EUR 537.258

Cédula de Crédito Bancário nº 000787123-9

Em 25 de junho de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R\$6.700 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de 9,77% ao ano. O contrato deve ser pago em 19 parcelas, sendo a primeira em 18 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$6.868 mil.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirográficos; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras. Tais contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*), usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000010/82	Esta cédula será considerada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: caso ocorra o vencimento antecipado de qualquer contrato e/ou dívida de empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas da Companhia ou seus avalistas; e alteração de controle societário da Companhia.
Cédula de Crédito Bancário nº 058038011-1 e Cédula	Esta cédula será considerada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos:

¹ Custo total da operação é de 4,01% ao ano e é composto pela taxa de juros contratual de 1,4067% adicionado do imposto de renda 33,33% sobre os juros que equivale a 0,4688% e a comissão de garantia internacional que 2,3333%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Crédito Bancário nº 000787123-9	inadimplemento, de qualquer obrigação da cédula ou de qualquer instrumento celebrado pela Companhia com o Itaú Unibanco ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A.; e no caso de ocorrência de qualquer processo de reestruturação societária, incluindo alteração de objeto social, reorganização societária ou alteração de controle, direto ou indireto, em que a Companhia esteja envolvida.
Contrato de Empréstimo Internacional 1144064	Este contrato será considerado antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: no caso de qualquer mudança relevante no estado econômico-financeiro da Companhia; no caso de alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta do controle societário ou acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou a cisão da Companhia, sem a prévia anuência do Itaú Unibanco.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía um saldo de R\$12.989 mil em empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulante) tomados e não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tivesse sido integralmente desembolsado.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia, com as informações financeiras trimestrais da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.westwing.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

	No período de nove meses findo em				
	30/09/2020	AV%	AH	30/09/2019	AV%
Receita operacional líquida	167.866	100,0%	80,2%	93.160	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.437)	-53,3%	75,2%	(51.051)	-54,8%
Lucro bruto	78.429	46,7%	86,3%	42.109	45,2%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(43.562)	-26,0%	93,3%	(22.538)	-24,2%
Despesas gerais e administrativas	(27.258)	-16,2%	44,0%	(18.931)	-20,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	-	0,0%	-100,0%	(10)	0,0%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	7.609	4,5%	1107,8%	630	0,7%
Receita financeira	4.577	2,7%	1008,2%	413	0,4%
Despesas financeiras	(9.107)	-5,4%	236,9%	(2.703)	-2,9%
Resultado financeiro	(4.530)	-2,7%	97,8%	(2.290)	-2,5%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.079	1,8%	-285,5%	(1.660)	-1,8%
Imposto de renda e contribuição social	13.979	8,3%	2077,4%	642	0,7%
Lucro líquido (prejuízo)	17.058	10,2%	-1775,6%	(1.018)	-1,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$167.866 mil, comparativamente a R\$93.160 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$74.706 mil, ou 80,2%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento da receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes únicos². Essa base de clientes únicos variou de 123.660 no período findo em 30 de setembro de 2019 para 240.340 para o período findo em 30 de setembro de 2020. Contribui também para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de 39.480 mil acessos no período de nove meses findo 30 setembro de 2019 para 63.087 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de 59,8%. Adicionalmente, a Companhia desenvolveu um novo modelo de vendas, o WestwingNow, com maior sortimento de produtos, atendendo necessidades pontuais de nossos clientes que gerou no período findo em 30 de setembro de 2020, receita operacional líquida no montante de R\$ 11.383 mil.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$89.437 mil, comparativamente a R\$51.051 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$38.386 mil, ou 75,2%. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados representava 53,3% e 54,8% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

O aumento do custo das mercadorias em 72,6% está diretamente relacionado ao aumento de vendas verificado entre os períodos. Esse aumento do custo das mercadorias devido ao aumento de vendas foi parcialmente compensado pela manutenção e redução dos preços de compras em decorrência de nossas negociações com fornecedores no período.

O aumento verificado em custos de armazenagem é referente a custos provisórios que existiram em razão do crescimento da companhia ao longo de 2020. As perdas de estoque estão relacionadas a quebras e avarias que ocorrem no processo natural do manuseio, que também cresceu em função do crescimento.

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$78.429 mil, comparativamente a R\$42.109 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$36.320 mil, ou 86,3%.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R\$43.562 mil, comparativamente a R\$22.538 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$21.024 mil, ou 93,3%. As despesas com vendas representavam 26,0% e 24,2% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) gastos com fretes e transportes no montante de R\$8.098 mil; (ii) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$5.528 mil; (iii) marketing no montante de R\$2.906 mil; e (iv) taxas de utilização de cartão de crédito no montante de R\$2.430 mil.

O aumento de fretes e taxas de utilização de cartão de crédito estão diretamente relacionados ao aumento de nosso volume de vendas observado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, motivado pelo aumento de tráfego em nossas plataformas. A variação de despesas de salários e encargos trabalhistas se deve principalmente ao aumento de número de colaboradores de logística (de 141 colaboradores em 30 de setembro de 2019 para 306 colaboradores em 30 de setembro de 2020), motivado pelo crescimento de nossas operações, e aumento de turnos em nosso centro de distribuição. A variação em despesas de marketing está relacionada à intensificação de nossas campanhas de divulgação.

² Clientes que fizeram pelo menos uma compra no exercício. Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via Marketplace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R\$27.258 mil, comparativamente a R\$18.931 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$8.327 mil, ou 44,0%. As despesas gerais e administrativas representavam 16,2% e 20,3% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$5.063 mil; (ii) gastos com informática no montante de R\$1.928 mil; e (iii) outras despesas administrativas no montante de R\$1.589 mil.

As despesas de salários e encargos trabalhistas tiveram um aumento principalmente devido ao aumento de colaboradores na área de TI para suportar o desenvolvimento de nossas plataformas e sistemas operacionais.

Quanto aos gastos com informática, a variação se deve a: (i) aumento do tráfego em nossas plataformas, que demandam pagamentos maiores de custos de processamento e armazenamento (que passaram de R\$659 mil em 2019 para R\$1.482 mil em 2020), como esses custos são denominados em US\$, o aumento do câmbio observado em 2020, de R\$4,1644 em 30 de setembro de 2019 para R\$5,6407 em 30 de setembro de 2020, também impactou o crescimento desses custos; e (ii) redução da capitalização de gastos com desenvolvimento de sistemas internos de tecnologia.

As outras despesas administrativas consistem em gastos com condomínio, energia elétrica, água, limpeza, manutenção das instalações e de equipamentos, entre outros, os quais tiveram variação principalmente em decorrência de: (i) R\$845 mil em impostos e taxas pagos na contratação de serviços do exterior como provedor de servidores; (ii) complemento de provisão para processos cíveis em R\$ 419 mil; e (iii) doações de R\$ 431 mil para causas ligadas a COVID-19.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$7.609 mil, comparativamente a R\$630 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$6.979 mil, ou 1107,8%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi uma despesa de R\$4.530 mil, comparativamente a uma despesa de R\$2.290 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de despesa de R\$2.240 mil, ou 97,8%. O resultado financeiro líquido representava 2,7% e 2,5% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação líquida da receita operacional se deve aos seguintes fatores: (i) aumento dos juros sobre antecipações de recebíveis no montante de R\$1.869 mil, diretamente relacionados ao incremento do volume de vendas e aumento de operações de antecipação de recebíveis devido à maior necessidade de caixa operacional da Companhia. Além disso, o custo nominal para antecipação de recebíveis também foi majorado desde a pandemia de Covid. Atualmente os custos de captação dessa modalidade, continuam elevados 0,66% a.m; (ii) aumento de despesas líquidas com variação cambial no montante de R\$3.748 mil em decorrência da depreciação do real frente ao euro no período de 30 de setembro de 2020 tendo em vista a contratação de empréstimo nessa moeda em fevereiro de 2020; e (iii) aumento de despesas de juros no montante de R\$460 mil, relacionados ao aumento de empréstimos captados durante 2020. Esse aumento de despesas financeiras líquidas foi parcialmente compensado pelo ganho proporcionado pelos derivativos contratados pela Companhia no montante de R\$3.413 mil, relativos a NDFs contratados para eliminar o risco cambial dos empréstimos em moeda estrangeiras.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$3.079 mil, comparativamente a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

um prejuízo de R\$1.660 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$4.739 mil.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi uma receita de R\$13.979 mil, comparativamente a uma receita de R\$642 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de receita de R\$13.337 mil. O imposto de renda e contribuição social representava 8,3% e 0,7% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação líquida se deve aos seguintes fatores: (i) constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o exercício de 2020, no montante de R\$15.658 mil, compensado por: (ii) aumento da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no montante de R\$1.619 mil, motivado pela reversão do prejuízo antes dos impostos em 2019 para lucro em 2020.

A Administração, com base na lucratividade obtida durante 2020 e nas projeções de resultado para os próximos cinco anos, avaliou que a realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é provável, e constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$17.058 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$1.018 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$18.076 mil. O lucro líquido representava 10,2% da receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. O prejuízo representava 1,1% da receita operacional líquida no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019. O aumento é explicado pelas variações descritas acima.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	AH	2018	AV%
Receita operacional líquida	130.906	100,0%	10,1%	118.878	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(70.689)	-54,0%	6,6%	(66.303)	-55,8%
Lucro bruto	60.217	46,0%	14,5%	52.575	44,2%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(32.241)	-24,6%	29,3%	(24.931)	-21,0%
Despesas gerais e administrativas	(26.094)	-19,9%	28,9%	(20.251)	-17,0%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	1.882	1,4%	-74,5%	7.393	6,2%
Receita financeira	622	0,5%	40,4%	443	0,4%
Despesas financeiras	(3.720)	-2,8%	12,6%	(3.304)	-2,8%
Resultado financeiro	(3.098)	-2,4%	8,3%	(2.861)	-2,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.216)	-0,9%	-126,8%	4.532	3,8%
Imposto de renda e contribuição social	(258)	-0,2%	-84,8%	(1.700)	-1,4%
Lucro líquido (prejuízo)	(1.474)	-1,1%	-152,0%	2.832	2,4%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$130.906 mil, comparativamente a R\$118.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$12.028 mil ou 10,1%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento da receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes únicos. A base de clientes únicos³ variou de 143.149 no período findo em 31 de dezembro de 2018 para 158.461 para o período findo em 31 de dezembro de 2019. Contribui também para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de 48.747 mil acessos para 52.442 mil, representando um aumento de 7,6%.

As reduções em perdas e *chargebacks* representaram um ganho de R\$1.208 mil se devem à intensificação dos controles efetuados pela Administração para identificar e coibir compras fraudulentas com cartões de crédito.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$70.689 mil comparativamente a R\$66.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$4.386 mil ou 6,6%. O custo dos serviços prestados representava 54,0% e 55,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

O aumento dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados está diretamente relacionado ao aumento de vendas do exercício. Tal variação também está relacionado a redução do custo de armazenagem devido à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Até o exercício de 2018, as despesas de aluguel de nosso centro de distribuição no montante de R\$1.464 mil eram registradas nessa rubrica. Com a adoção do novo pronunciamento, a natureza da despesa passou a ser de depreciação e juros, sendo esses montantes reconhecidos em outras linhas das demonstrações financeiras.

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$60.217 mil, comparativamente a R\$52.575 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$7.642 mil, ou 14,5%.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$32.241 mil comparativamente a R\$24.931 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$7.310 mil ou 29,3%. As despesas com vendas representavam 24,6% e 21,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$3.600 mil; (ii) marketing no montante de R\$2.192 mil; e (iii) gastos com fretes e transportes no montante de R\$945 mil.

A variação de despesas de salários e encargos trabalhistas se deve ao aumento de número de colaboradores, motivado pelo crescimento de nossas operações. A variação observada em despesas de marketing se refere à retomada dos gastos incorridos com campanhas e marketing orgânico, que no exercício de 2018 ficaram abaixo da média usual devido a decisões tomadas na época pelos ex-controladores da Companhia. O aumento de fretes e transportes estão diretamente relacionados ao aumento de nosso volume de vendas observado no exercício de 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$26.094 mil comparativamente a R\$20.251 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$5.843 mil ou 28,9%. As despesas gerais e administrativas representavam 19,9% e 17,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i)

³ Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via MarketPlace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

salários e encargos trabalhistas no montante de R\$3.169 mil; (ii) despesas de depreciação e amortização no montante de R\$2.323 mil; e (iii) gastos com informática, no montante de R\$1.211 mil.

A variação em salários e encargos trabalhistas se devem a dois fatores: (i) complemento da provisão para riscos trabalhistas no montante de R\$920 mil; e (ii) em função da entrada do novo controlador da Companhia, durante o exercício de 2019 foram intensificadas contratações de executivos chaves e aumento da estrutura administrativa.

O aumento das despesas de depreciação e amortização se devem à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, que gerou uma depreciação dos ativos de direito de uso no montante de R\$2.125 mil.

O aumento de gastos com informática deve-se à contratação de prestadores de serviços de processamento e armazenamento de dados, que até 2018 eram efetuados internamente. A contratação desse serviço gerou uma despesa adicional em 2019 no montante de R\$922 mil.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.882 mil, comparativamente a R\$7.393 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$5.511 mil, ou 74,5%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R\$3.098 mil, comparativamente a uma despesa de R\$2.861 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de despesa de R\$237 mil, ou 8,3%. O resultado financeiro líquido representava 2,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação líquida se deve principalmente aos juros sobre contratos de arrendamento no montante de R\$389 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sem efeito correspondente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse aumento de despesa financeira líquida foi parcialmente compensado pelo aumento de rendimento de aplicações financeiras no montante de R\$161 mil devido a aumento de aplicações financeiras no período.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.216 mil, comparativamente a um lucro de R\$4.532 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$5.748 mil.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R\$258 mil, comparativamente a uma despesa de R\$1.700 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de despesa de R\$1.442 mil, ou 84,8%. O imposto de renda e contribuição social representava 0,2% e 1,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação está diretamente relacionada à diminuição do nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de um lucro de R\$4.532 mil em 2018 para um prejuízo de R\$1.216 mil em 2019.

Lucro líquido (prejuízo)

O prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.474 mil, comparativamente a um lucro líquido de R\$2.832 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento do prejuízo de R\$4.306 mil. O prejuízo representava 1,1% da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido representava 2,4% da receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento do prejuízo é explicado pelas variações descritas acima.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	AH	2017	AV%
Receita operacional líquida	118.878	100,0%	3,9%	114.456	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(66.303)	-55,8%	2,5%	(64.691)	-56,5%
Lucro bruto	52.575	44,2%	5,6%	49.765	43,5%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(24.931)	-21,0%	-0,8%	(25.131)	-22,0%
Despesas gerais e administrativas	(20.251)	-17,0%	13,5%	(17.846)	-15,6%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	7.393	6,2%	8,9%	6.788	5,9%
Receita financeira	443	0,4%	-18,6%	544	0,5%
Despesas financeiras	(3.304)	-2,8%	-20,5%	(4.156)	-3,6%
Resultado financeiro	(2.861)	-2,4%	-20,8%	(3.612)	-3,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.532	3,8%	42,7%	3.176	2,8%
Imposto de renda e contribuição social	(1.700)	-1,4%	114,1%	(794)	-0,7%
Lucro líquido (prejuízo)	2.832	2,4%	18,9%	2.382	2,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$118.878 mil, comparativamente a R\$114.456 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$4.422 mil ou 3,9%.

O aumento da Receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes (clientes que compram pelo menos uma vez no exercício), que passou de 129.989 para 143.149 clientes⁴, representando um aumento de 10,1%. Contribui para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de R\$37.500 mil acessos para R\$48.747 mil, representando um aumento de 30%.

No ano de 2018, tivemos aumento pontual de tentativas de fraude durante alguns meses o que nos levou a cancelar mais pedidos como medida para evitar fraudes.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$66.303 mil comparativamente a R\$64.691 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.612 mil ou 2,5%. O custo dos serviços prestados representava 55,8% e 56,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

O aumento do custo das mercadorias em 3,1% está diretamente relacionado ao aumento de vendas verificado entre os exercícios (a receita operacional aumentou em 3,9%).

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$52.575 mil, comparativamente a R\$49.765 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2.810mil, ou 5,6%.

⁴ Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via MarketPlace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$24.931 mil comparativamente a R\$25.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$200 mil ou 0,8%, mantendo-se praticamente estável.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$20.251 mil comparativamente a R\$17.846 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2.405 mil ou 13,5%. As despesas gerais e administrativas representavam 17,0% e 15,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento se deve principalmente ao aumento de gastos com prestadores de serviços, no montante de R\$1.571 mil.

O aumento dos gastos com prestadores de serviços se deve principalmente à contratação específica no exercício de 2018 de consultoria e assessores legais para auxiliar no processo de venda da Companhia dos antigos para os novos controladores, no montante de R\$1.453 mil.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7.393 mil, comparativamente a R\$6.788 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$605 mil, ou 8,9%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$2.861 mil comparativamente a uma despesa de R\$3.612 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$751 mil ou 20,8%. O resultado financeiro líquido representava 2,4% e 3,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação se deve principalmente à redução no valor de R\$1,0 milhão em despesas de juros com antecipações de recebíveis de cartão de crédito, motivada pela queda das taxas de juros negociadas pela Companhia com as empresas operadoras de cartão de crédito.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$4.532 mil, comparativamente a um lucro de R\$3.176 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.356 mil, ou 42,7%.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$1.700 mil, comparativamente a uma despesa de R\$794 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de despesa de R\$906 mil, ou 114,1%. O imposto de renda e contribuição social representava 1,4% e 0,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação está diretamente relacionada ao aumento do nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de R\$3.176 mil em 2017 para R\$4.532 mil em 2018.

Lucro líquido (prejuízo)

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.832 mil, comparativamente a R\$2.382 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$450 mil, ou 18,9%. O lucro líquido representava 2,4% e 2,1% da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

receita operacional líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento é explicado pelas variações descritas acima.

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais em 30 de setembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R\$ milhares	Em 30/09/2020	AV%	AH	Em 31/12/2019	AV%
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	52.462	48,7%	1109,9%	4.336	14,1%
Aplicações financeiras	152	0,1%	123,5%	68	0,2%
Instrumentos financeiros derivativos	932	0,9%	2812,5%	32	0,1%
Contas a receber	10.105	9,4%	30,5%	7.745	25,2%
Adiantamentos	2.324	2,2%	347,8%	519	1,7%
Estoques	13.115	12,2%	48,7%	8.822	28,8%
Impostos a Recuperar	91	0,1%	93,6%	47	0,2%
Outros	649	0,6%	-147,7%	262	0,9%
Total ativo circulante	79.830	74,1%	265,7%	21.831	71,2%
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	1.805	1,7%	13,4%	1.592	5,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.658	14,5%	100,0%	-	0,0%
Direito de uso – arrendamento mercantil	1.476	1,4%	-48,5%	2.866	9,3%
Imobilizado	5.539	5,1%	91,9%	2.886	9,4%
Intangível	3.391	3,1%	125,3%	1.505	4,9%
Total ativo não circulante	27.869	25,9%	214,9%	8.849	28,8%
Total ativo	107.699	100,0%	251,0%	30.680	100,0%
	Em 30/09/2020	AV	AH	Em 31/12/2019	AV
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	31.774	29,5%	279,4%	8.375	27,3%
Obrigações trabalhistas	7.889	7,3%	85,4%	4.256	13,9%
Empréstimos	7.894	7,3%	51,8%	5.200	16,9%
Passivo de arrendamento	1.757	1,6%	-20,0%	2.195	7,2%
Receita diferida	35.133	32,6%	197,1%	11.827	38,5%
Obrigações tributárias	1.679	1,6%	18,6%	1.416	4,6%
Imposto de renda e contribuição social	2.246	2,1%	140,2%	935	3,0%
Outros passivos	57	0,1%	0,0%	-	0,0%
Total passivo circulante	88.429	82,1%	158,5%	34.204	111,5%
Passivo não circulante					
Empréstimos	5.095	4,7%	100,0%	-	0,0%
Passivo de arrendamento	-	0,0%	-100,0%	845	2,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.302	3,1%	18,5%	2.787	9,1%
Obrigações tributárias	1.677	1,6%	20,7%	1.389	4,5%
Plano de remuneração baseado em ações	278	0,3%	100,0%	-	0,0%
Total passivo não circulante	10.352	9,6%	106%	5.021	16,4%
<hr/>					
Patrimônio líquido					
Capital social	40.224	37,3%	1,0%	39.819	129,8%
Prejuízos acumulados	(31.306)	-29,1%	-35,3%	(48.364)	-157,6%
Total patrimônio líquido	8.918	8,3%	-204,4%	(8.545)	-27,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	107.699	100,0%	251,0%	30.680	100,0%

Ativo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R\$79.830 mil, em comparação com R\$21.831 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 74,1% em 30 de setembro de 2020 e 71,2% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$57.999 mil está substancialmente representado pelos seguintes fatores:

Caixa e equivalente de caixa

Nosso caixa e equivalente de caixa teve um de R\$48.126 mil. Conforme observado na demonstração do fluxo de caixa relativa ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia obteve uma geração de caixa de suas atividades operacionais no montante de R\$47.783 mil, e das atividades de financiamento no montante de R\$5.137 mil (motivada principalmente pela captação superior aos pagamentos de empréstimos e passivos de arrendamento), parcialmente compensada pela aplicação de caixa nas atividades de investimentos de R\$4.794 mil, representada substancialmente por aquisições de ativos imobilizado e intangível.

Estoques

A variação observada em estoques (aumento de R\$ 4.293 mil) se deve à dinâmica das operações. Em 31 de dezembro de 2019, nossos estoques apresentavam saldos menores por conta das vendas de Black Friday que já ocorreu. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta saldos maiores porque está em preparação da campanha de Black Friday de 2020. Em 2020, a Companhia incluiu um novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias.

Contas a receber

O aumento do contas a receber no montante de R\$2.360 mil está diretamente relacionado ao incremento de nosso volume de vendas. Não houve alterações significativas em nossos prazos médios de recebimento e níveis de antecipação de recebíveis.

Ativo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$27.869 mil, em comparação com R\$8.849 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 25,9% em 30 de setembro de 2020 e 28,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$19.020 mil, está substancialmente representado pelo:

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Durante o exercício de 2020, a Companhia efetivou o aproveitamento da base de prejuízo fiscal de R\$ 40.928 mil e utilizou as diferenças temporárias acumuladas no exercício findo em 30 de setembro no valor de R\$ 5.125 mil e registrou imposto de renda e contribuição social diferido ativo, no montante de R\$15.658 mil;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado

Durante o exercício de 2020, devido ao crescimento de suas operações, a Companhia efetuou aquisições de equipamentos para operações no centro de distribuição, no montante de R\$455 mil e; aquisições de computadores no montante de R\$555 mil;

Intangível

Durante o exercício de 2020, a Companhia efetuou capitalização dos custos de desenvolvimento de software no montante de R\$708 mil. A companhia aponta e capitaliza o custo das horas dos profissionais de T.I alocados em cada um de seus projetos de desenvolvimento.

Passivo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R\$88.429 mil, em comparação com R\$34.204 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 82,1% em 30 de setembro de 2020 e 111,5% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$54.225 mil está substancialmente representado por: (i) fornecedores em R\$23.399 mil; e (ii) receita diferida no montante de R\$23.306 mil.

Fornecedores

A variação observada em fornecedores se deve à dinâmica das operações. Em 31 de dezembro de 2019, a conta de fornecedores apresentava saldo menor por conta das vendas de Black Friday. Já em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta saldos maiores para a preparação da campanha de Black Friday de 2020. Em 2020, a Companhia incluiu um novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias, o que gerou o aumento consequente do contas a pagar de fornecedores. Não houve alterações significativas em nossos prazos médios de pagamento.

Receita Diferida

O aumento de receita diferida se deve a dois fatores: (i) aumento do volume de tráfego maior em nossas plataformas (site e mobile), impulsionando o volume de vendas realizadas e ainda não faturadas; e (ii) aumento de nosso prazo médio de entrega dos produtos em 2020 quando comparado a 2019, motivado pelo aumento de prazos de entrega de fornecedores e transportadoras em razão das restrições impostas pela Covid-19.

Passivo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$10.352 mil, em comparação com R\$5.021 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 9,6% em 31 de dezembro de 2019 e 16,4% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R\$5.331 mil, ocorreu devido à estratégia de alongamento das operações de empréstimos captados em 2020 e está substancialmente representado pela conta de empréstimos e financiamentos.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$8.918 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$8.545 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$17.463 mil está representado pelo lucro líquido apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$17.058 mil, e pelo aumento de capital decorrente de incorporação reversa de acionista controlador, no montante de R\$405 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31/12/2019	AV%	AH	Em 31/12/2018	AV%
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.336	14,1%	0,6%	4.310	17,2%
Aplicações financeiras	68	0,2%	100,0%	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	32	0,1%	100,0%	-	0,0%
Contas a receber	7.745	25,2%	23,6%	6.266	24,9%
Adiantamento	519	1,7%	0,0%		0,0%
Estoques	8.822	28,8%	-0,9%	8.904	35,4%
Impostos a recuperar	47	0,2%	0,0%	47	0,2%
Outros ativos	262	0,9%	73,8%	999	4,0%
Total ativo circulante	21.831	71,2%	6,4%	20.526	81,7%
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	1.592	5,2%	14,7%	1.388	5,5%
Direito de uso – arrendamento mercantil	2.866	9,3%	100,0%	-	0,0%
Imobilizado	2.886	9,4%	26,1%	2.288	9,1%
Intangível	1.505	4,9%	63,9%	918	3,7%
Total ativo não circulante	8.849	28,8%	92,6%	4.594	18,3%
Total ativo	30.680	100,0%	22,1%	25.120	100,0%
	Em 31/12/2019	AV	AH	Em 31/12/2018	AV
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	8.375	27,3%	-28,8%	11.755	46,8%
Obrigações trabalhistas	4.256	13,9%	45,5%	2.926	11,6%
Empréstimos	5.200	16,9%	100,0%	-	0,0%
Passivo de arrendamento	2.195	7,2%	100,0%	-	0,0%
Receita diferida	11.827	38,5%	-3,5%	12.254	48,8%
Obrigações tributárias	1.416	4,6%	3,4%	1.370	5,5%
Imposto de renda e contribuição social	935	3,0%	37,9%	678	2,7%
Total passivo circulante	34.204	111,5%	18,0%	28.983	115,4%
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento	845	2,8%	100,0%	-	0,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.787	9,1%	40,9%	1.978	7,9%
Obrigações tributárias	1.389	4,5%	12,9%	1.230	4,9%
Total passivo não circulante	5.021	16,4%	56,5%	3.208	12,8%
Patrimônio líquido					
Capital social	39.819	129,8%	0,0%	39.819	158,5%
Prejuízos acumulados	(48.364)	-157,6%	3,1%	-	-
Total patrimônio líquido	(8.545)	-27,9%	20,8%	(7.071)	-28,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	30.680	100,0%	22,1%	25.120	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$21.831 mil, em comparação com R\$20.526 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 71,2% em 31 de dezembro de 2019 e 81,7% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$1.305 mil está substancialmente representado por:

Contas a receber

Nossas contas a receber tiveram um incremento de R\$1.479 mil. Esse aumento se deve à redução do volume de antecipações de recebíveis no final do exercício de 2019, devido à captação de empréstimos ocorrida no segundo semestre de 2019.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$8.849 mil, em comparação com R\$4.594 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 28,8% em 31 de dezembro de 2019 e 18,3% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$4.255 mil, está substancialmente representado por:

Ativo por direito de uso

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, adotamos CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o registro de ativos por direito de uso no montante de R\$2.866 mil. A Companhia para registrar esse valor leva em consideração as despesas referentes aos contratos de arrendamento e traz o fluxo de pagamento a valor presente de acordo com a taxa de captação que a Companhia teria que pagar por uma operação para prazos semelhantes.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$34.204 mil, em comparação com R\$28.983 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 111,5% em 31 de dezembro de 2019 e 115,4% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$5.221 mil está substancialmente representado por:

Empréstimos e financiamentos

Durante o exercício de 2019, tivemos captações de empréstimos de capital de giro no montante de R\$5.072 mil, representado por duas operações de empréstimos – Resolução 4131, com vencimento em 2020.

Passivo de arrendamento

Durante o exercício de 2019, tivemos adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o reconhecimento de um passivo de arrendamento no montante de R\$2.195 mil. O IFRS16 determina que o ativo registrado como ativo por direito de uso seja depreciado a amortizado como se fosse um empréstimo. É registrado o valor correspondente como passivo de arrendamento o valor que será amortizado em relação a esse ativo.

Obrigações trabalhistas

Durante o exercício de 2019, tivemos um aumento da provisão para remuneração variável no montante de R\$715 mil, associado ao reforço organizacional na alta administração com a entrada de novos executivos e aumento de remuneração, incluindo a variável, para executivos chave.

Fornecedores

Durante o exercício de 2019, tivemos uma redução de fornecedores no montante de R\$3.380 mil, motivado pela mudança do mix de compras entre fornecedores nacionais e estrangeiros. Cabe

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ressaltar que para os fornecedores estrangeiros a Companhia tem como procedimento efetuar o pagamento antecipado, não havendo, portanto, saldos em aberto de fornecedores estrangeiros.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$5.021 mil, em comparação com R\$3.208 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 16,4% em 31 de dezembro de 2019 e 12,8% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento, de R\$1.813 mil, está substancialmente representado por:

Passivo de arrendamento

Durante o exercício de 2019, tivemos adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o reconhecimento de um passivo de arrendamento no montante de R\$845 mil.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Durante o exercício de 2019, tivemos um complemento nessa provisão no montante de R\$920 mil associados a riscos previdenciários inerentes a contratações de pessoas jurídicas.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era negativo em R\$8.545 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$7.071 mil em 31 de dezembro de 2018. A redução do patrimônio líquido negativo de R\$1.474 mil está representada pelo lucro líquido apurado no exercício de 2019 no montante de R\$1.474 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31/12/2018	AV%	AH	Em 31/12/2017	AV%
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.310	17,2%	251,0%	1.228	5,4%
Contas a receber	6.266	24,9%	17,4%	5.339	23,3%
Estoques	8.904	35,4%	26,8%	7.023	30,6%
Impostos a recuperar	47	0,2%	0,0%	47	0,2%
Partes relacionadas	-	0,0%	-100,0%	5.125	22,3%
Outros	999	4,0%	106,8%	483	2,1%
Total ativo circulante	20.526	81,7%	6,7%	19.245	83,9%
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	1.388	5,5%	0,4%	1.382	6,0%
Imobilizado	2.288	9,1%	8,0%	2.119	9,2%
Intangível	918	3,7%	347,8%	205	0,9%
Total ativo não circulante	4.594	18,3%	24,0%	3.706	16,1%
Total ativo	25.120	100,0%	9,5%	22.951	100,0%
	Em 31/12/2018	AV	AH	Em 31/12/2017	AV
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	11.755	46,8%	-22,2%	15.114	65,9%
Obrigações trabalhistas	2.926	11,6%	39,0%	2.105	9,2%
Receita diferida	12.254	48,8%	6,2%	11.544	50,3%
Obrigações tributárias	1.370	5,5%	-26,7%	1.869	8,1%
Imposto de renda e contribuição social	678	2,7%	50,3%	451	2,0%
Total passivo circulante	28.983	115,4%	-6,8%	31.083	135,4%
Passivo não circulante					
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.978	7,9%	243,4%	576	2,5%
Obrigações tributárias	1.230	4,9%	2,9%	1.195	5,2%
Total passivo não circulante	3.208	12,8%	81,1%	1.771	7,7%
Patrimônio líquido					
Capital social	39.819	158,5%	0,0%	39.819	173,5%
Prejuízos acumulados	46.890	-186,7%	-5,7%	(49.722)	-216,6%
Total patrimônio líquido	(7.071)	-28,1%	-28,6%	(9.903)	-43,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	25.120	100,0%	9,5%	22.951	100,0%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$20.526 mil, em comparação com R\$19.245 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 81,7% em 31 de dezembro de 2018 e 83,9% em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R\$1.281 mil está substancialmente representado por:

Partes relacionadas

Durante o exercício de 2018, com a efetivação da transação de M&A, os antigos controladores liquidaram o mútuo com parte relacionada, no montante de R\$5.125 mil.

Caixa e equivalentes de caixa

Durante o exercício de 2018 o caixa e equivalentes de caixa aumentaram no montante de R\$3.082 mil, motivado principalmente pelo recebimento do mútuo mencionado acima no valor de R\$ 5.125 mil, compensado parcialmente pelo consumo nas atividades operacionais representados pelo lucro do período que contribuiu com a geração de caixa de R\$ 4.532 mil, a variação das contas de capital de giro e ajustes de provisões ao caixa representaram uma saída de R\$ 5.209 mil e o fluxo de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

das atividades de financiamento que representaram uma saída de R\$ 1.429 mil , como pode ser observado nas demonstrações de fluxo de caixa da Companhia.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$4.594 mil, em comparação com R\$3.706 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 18,3% em 31 de dezembro de 2018 e 16,1% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$888 mil está substancialmente representado por:

Intangível

Durante o exercício de 2018, tivemos capitalização dos custos de desenvolvimento de software no montante de R\$693 mil, voltados para desenvolvimento do *Warehouse Management System*. As horas dos profissionais de TI utilizadas em desenvolvimentos de softwares são apontadas em capitalizadas como ativo intangível.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$28.983 mil, em comparação com R\$31.083 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 115,4% em 31 de dezembro de 2018 e 135,4% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$2.100 mil está substancialmente representada por fornecedores, que apresentaram uma queda de R\$3.359 mil.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$3.208 mil, em comparação com R\$1.771 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 12,8% em 31 de dezembro de 2018 e 7,7% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$1.437 mil está substancialmente representado por:

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Durante o exercício de 2018, efetuamos um complemento da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$1.495 mil, associados a riscos previdenciários inerentes a contratações de pessoas jurídicas.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era negativo em R\$7.071 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$9.903 mil em 31 de dezembro de 2017. A redução de R\$2.832 mil, está representado pelo lucro líquido apurado no exercício de 2018 nesse mesmo montante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

Demonstrações do fluxo de caixa

Análise Comparativa da Liquidez e Fonte de Recursos (Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado) dos exercícios sociais findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

Em R\$ milhares	No período de nove meses findo em		
	30/09/2020	AH	30/09/2019
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	47.783	28342,3%	168
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(4.794)	381,8%	(995)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	5.137	1689,9%	287
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	48.126	-9012,2%	(540)

Fluxo de caixa aplicado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$47.783 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$168 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por: (i) variações positivas nos saldos de fornecedores no montante de R\$25.881 mil (o volume do pedido de compras aumentou de 355 mil pedidos em 2019 para 727 mil pedidos em 2020); (ii) variação positiva em receita diferida no montante de R\$23.650 mil, motivados pelo incremento substancial de nossa base de clientes (clientes que efetuaram compras pelo menos uma vez no período, sendo 123.660 no período de janeiro a setembro de 2019 e 240.340 no período de janeiro a setembro de 2020); (iii) variação negativa de contas a receber no montante de R\$3.356 mil, motivado pelo aumento da base de clientes; (iv) variação negativa de estoques no montante de R\$4.397 mil, devido ao novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias; e (v) variação positiva de obrigações trabalhistas no montante de R\$2.133 mil, devido ao aumento do número de colaboradores.

Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$4.794 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$995 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por aquisições de ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 2.605 mil e R\$1.758 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou R\$5.137 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$287 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por: (i) captação de empréstimos no montante de R\$9.904 mil, para liquidação dos empréstimos de curto prazo e alongamento do perfil da dívida; e (ii) recebimento de derivativos liquidados, no montante de R\$2.513 mil. Essa variação foi compensada pelo pagamento de principal e juros de empréstimos no montante de R\$7.210 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise Comparativa da Liquidez e Fonte de Recursos (Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado) dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017**

Em R\$ milhares	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AH	2018	AH	31/12/2017
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(698)	3,1%	(677)	-82,5%	(3.871)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(2.008)	-153,4%	3.758	-168,2%	(5.507)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	2.732	100,0%	-	-	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	26	-99,2%	3.081	-132,9%	(9.378)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$698 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$677 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ficando praticamente estável entre os exercícios.

O fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$677 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$3.871 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representado substancialmente pelo: (i) aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de R\$3.176 mil em 2017 para R\$4.532 mil em 2018; (ii) efeito não caixa da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$208 mil em 2017 para R\$1.505 mil em 2018, referente ao complemento efetuado pela Companhia em suas provisões no exercício de 2018; (iii) redução do contas a receber em R\$1.762 mil, motivado pelo aumento de antecipação de recebíveis; (iv) aumento em estoques em R\$1.881 mil.

Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$2.008 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R\$3.758 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representado substancialmente pelo evento não recorrente ocorrido em 2018 de recebimento integral de contrato de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$5.125 mil.

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos totalizou R\$3.758 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um caixa aplicado de R\$5.507 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representado substancialmente por: (i) recebimento integral de contrato de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$5.125 mil em 2018, que representou uma entrada de caixa não ocorrida em 2017; e (ii) empréstimos concedidos a partes relacionadas em 2017 no montante de R\$5.000 mil, que representou uma saída de caixa não ocorrida em 2018.

Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou R\$2.732 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não havendo atividades de financiamento no exercício de 2018 e 2017. O caixa gerado refere-se a: (i) captação de empréstimos no montante de R\$5.072 mil; e (ii) pagamento das parcelas fixas de arrendamento no montante de R\$2.340 mil.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia atividades de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A abertura de nossa receita líquida de vendas é como segue:

	30/09/2020	AV%	2019	AV%	2018	AV%	2017	AV%
Receita bruta de vendas de mercadorias	221.953	100,0%	173.497	100,0%	162.594	100,0%	157.476	100,0%
Receita de intermediação de negócios	4.882	2,2%	4.023	2,3%	3.038	1,9%	3.179	2,0%
Cancelamentos e devoluções	(11.006)	-5,0%	(9.186)	-5,3%	(8.943)	-5,5%	(7.413)	-4,7%
Perdas e <i>chargeback</i>	(634)	-0,3%	(405)	-0,2%	(1.614)	-1,0%	(1.622)	-1,0%
Impostos	-(47.329)-	-21,3%-	(37.023)	-21,3%	(36.197)	-22,3%	(37.352)	-23,7%
	167.866	75,6%	130.906	75,5%	118.878	73,1%	114.456	72,7%

O principal componente de nossa receita compreende a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos mobile. O grande diferencial da composição de vendas é o fato de que todo dia novos produtos são disponibilizados para vendas, ampliando o tráfego de clientes no site e o volume de vendas.

Outro componente de nossa receita refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor descontada a comissão de intermediação da Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como temos uma atividade de varejo, os resultados de nossas operações são fortemente dependentes das condições macroeconômicas do país e foram e continuarão a serem influenciadas pelos seguintes fatores:

Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra do consumidor: o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2019, 2018 e 2017: 1,1%, 1,3% e 1,3% respectivamente;

Inflação: impactam diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 1,34%, 4,31%, 3,75%, 2,95% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente; e

Comportamento do consumidor: mudanças em tendências de consumo, inovações, e satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e geração de receitas.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de venda de móveis e objetos de decoração da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de (i) variações de preços dos produtos e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas. Os principais fatores que afetam nossos preços de venda são alterações na legislação tributária e variações nos preços de mercadorias adquiridas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita de intermediação da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Apesar da Companhia possuir endividamento em moeda estrangeira (Euros), para todos os empréstimos nessa moeda foram efetuadas operações de swap, trocando o risco para uma taxa de juros pré-fixada em Reais. Entretanto, a taxa de câmbio afeta parcialmente nosso resultado operacional, sobretudo no custo de mercadoria vendida, formado em parte por produtos importados.

Como a Companhia utiliza empréstimos e financiamentos em suas operações, sofremos impactos diretos pela redução ou aumento na taxa de juros do mercado brasileiro.

Variações nas taxas de inflação impactam diretamente nosso resultado operacional. Os principais componentes afetados são:

- (a) despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação, e
- (b) folha de pagamento, por conta de reajustes salariais motivados por acordos sindicais ou previstos em lei.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária***Incorporação reversa de controladora direta***

Em assembleia geral e extraordinária realizada 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a incorporação reversa de sua controladora direta Kedar Empreendimentos e Participações S.A. O acervo líquido incorporado foi avaliado pelo valor contábil.

A seguir são apresentados os ativos e passivos incorporados:

	31/08/2020
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	648
Tributos a recuperar	43
Total do ativo	691
Passivo	
Outros passivos circulantes	(286)
Total do passivo	(286)
Total do acervo líquido incorporado	405

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, dos passivos de arrendamento e direitos de uso dos arrendamentos foi como segue:

	Consolidado
Ativo	
Ativos de direito de uso – imóveis	4.991
Passivo	
Valor a pagar de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	5.461
(-) Ajuste a valor presente	(470)
	4.991
Impacto no patrimônio líquido	-

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, foram emitidos com uma ênfase conforme segue abaixo:

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

A nota explicativa 2 das demonstrações financeiras da Companhia foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por ação, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de certos erros e reclassificações, conforme detalhado na referida nota explicativa. Em 3 de abril de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reapresentadas. O auditor independente opina sobre sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, foram emitidos sem ênfases e ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas que afetam nossas demonstrações financeiras estão abaixo descritas:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasArrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Com a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos mercantis operacionais passaram a ser contabilizados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. Portanto, não há contratos dessa natureza não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Adicionalmente, a Companhia informa a existência de passivos não constantes do seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), correspondentes a honorários de prestação de serviços prestados (1) pela Tatix Comércio e Participações Ltda. (detentora de 1,40% do capital social da Companhia) entre 26 de outubro de 2018 e 23 de novembro de 2020, e relacionados ao desenvolvimento de tecnologias aplicáveis às operações da Companhia, especialmente na área de *e-commerce*, incluindo, mas não se limitando, (a) à produção de estudos e apresentação de recomendações para melhoria e aprimoramento da gestão da Companhia nas áreas de tecnologia, logística e marketing; e (b) à assessoria na escolha e treinamento de membros da equipe de gestão da Companhia; e (2) pela SCO Assessoria & Consultoria Ltda., relacionados aos serviços de governança e finanças, a partir de 1º de dezembro de 2020 por prazo indeterminado.

Considerando que tais prestação de serviços tinham/têm como objetivo aportar valor à Companhia, por meio do desenvolvimento da gestão e amadurecimento organizacional da Companhia, e já tendo em vista evento de liquidez, a Companhia e as contratadas estabeleceram, em comum acordo, que, com relação a remuneração das contratadas se dariam, exclusivamente e majoritariamente (respectivamente para os contratos mencionados no item (1) e (2) acima), em parcelas atreladas e condicionadas a determinado evento de liquidez (por exemplo, alienação da totalidade das ações da Companhia, alienação do poder de controle e/ou oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia). E ainda, se fosse o caso de se concretizar evento de liquidez, tais remunerações seriam calculadas de forma indexada ao real valor de mercado da Companhia, adotando-se como base a diferença entre o preço da venda das ações realizado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos.

De acordo com as métricas estabelecidas no Contrato, o valor justo estimado para as remunerações atreladas a evento de liquidez é de R\$ 20 milhões. No entanto, e dado à alea a que sujeitam os pagamentos, em valor derivado do preço de mercado apurado da Companhia, tal a remuneração pode variar entre R\$ 18 milhões a R\$30 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os investimentos da Companhia foram primordialmente em (i) equipamentos de informática, no valor total de R\$3.539.000; e (ii) softwares desenvolvidos internamente, no valor total de R\$ 3.617.000.

Ao longo dos próximos anos a Companhia pretende continuar investindo em diversas frentes para suportar seu crescimento. Após o IPO, a Companhia pretende utilizar os recursos líquidos da oferta da seguinte forma:

- A. 24% do volume captado em tecnologia;
- B. 26% do volume captado em marketing;
- C. 8% do volume captado em logística;
- D. 29% do volume captado na expansão do mercado endereçável; e
- E. 13% do volume captado na expansão da sua *private label*.

A Companhia espera aumentar de maneira significativa seu investimento em tecnologia, principalmente no desenvolvimento interno de softwares para continuar suportando seu crescimento, além de *machine learning* e personalização, melhorando a experiência de uso dos seus usuários.

Ademais, a Companhia prevê reforçar o seu investimento em *marketing*, em construção de marca e aquisição de usuários substancialmente nos próximos anos.

Além disso, a Companhia planeja continuar expandindo sua infraestrutura e operação logística, com melhorias, expansão e automatização do seu centro de armazenagem e de distribuição, além do aumento da frota e infraestrutura dos hubs da Westlog.

Outra área de investimento da Companhia, no âmbito da expansão do mercado endereçável, será a abertura de lojas (Westwing Galleries) e dark stores em diversas cidades brasileiras. Finalmente, a Companhia pretende investir ainda mais em coleções de marca própria (*private label*), nacionais e importadas, além de continuar investindo na expansão do WestwingNow. Os investimentos em lojas, *private label* e WestwingNow, implicarão em um aumento da necessidade de capital de giro principalmente associado a expansão de estoques.

A Companhia também pretende continuar investindo na prospecção e desenvolvimento de fornecedores e sortimento em categorias adjacentes a casa e decoração (ex: moda, cosméticos, etc) dentro de sua estratégia de *lifestyle*, além dos segmentos de *design* de interiores e lista de pedidos para datas especiais, no âmbito de casa e decoração, seu *core business*.

Conforme informado ao longo deste Formulário de Referência, os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19 impactaram a economia como um todo. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não vislumbra quaisquer alterações em seu plano de expansão em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19. Para maiores informações a respeito dos impactos de COVID-19 na Companhia, ver item 10.9 deste Formulário de Referência.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou estado de pandemia mundial em função do novo corona-vírus (COVID-19). A proliferação do vírus fez com que governos e entidades do setor privado adotassem medidas de isolamento social com o intuito de frear o avanço da doença. Para o enfrentamento desta situação, a administração da Companhia criou um grupo de trabalho para tratar de assuntos relacionados à COVID-19. Esta comissão monitora as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, com propósito de definir a melhor estratégia para segurança de todos os colaboradores e impactos na Companhia.

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, para permitir que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) alinhamento de estruturação e logística com nossos fornecedores, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (iv) emprego de home-office para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e
- (v) para os empregados que trabalham no centro de distribuição, a Companhia implantou os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Em março de 2020, a Companhia fez uma parceria com a Associação de Resgate À Cidadania Por Amor à Humanidade – ARCAH, uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve atividades de apoio à população em situação de rua, doando à ARCAH R\$ 3,00 a cada venda realizada pela Companhia. Essa parceria se estendeu até o final de maio de 2020.

Conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência, a extensão em que o surto de COVID-19 afeta os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa é incerta e dependerá também de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Ao longo dos meses da pandemia, a Companhia foi capaz de crescer substancialmente sua base de clientes ativos através de projetos internos, como por exemplo com o lançamento do WestwigNow e maior investimento em *marketing* e efeitos da COVID-19. Essa base de clientes ativos se familiarizou ainda mais com a plataforma da Companhia gerando benefícios de recorrência que, na visão da Companhia, podem contribuir também para a sua receita futura. A situação de pandemia se mostrou muito desafiadora para diversos fornecedores do setor de casa e decoração, gerando grandes desafios de abastecimento para diversos varejistas do setor. No caso da Companhia, apesar de haver uma vantagem devido sua grande diversidade de fornecedores (mais de 3 mil fornecedores cadastrados na plataforma), houve também desafios de abastecimento, mitigados através do uso de fornecedores alternativos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme divulgado nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2020 da Companhia, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras para este período. No entanto, levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- **Perdas estimadas do contas a receber:** a Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. O advento do COVID-19 não teve impacto na forma de venda de nossos produtos, que continua concentrada em operadoras de cartões.
- **Valor de recuperação dos estoques:** em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta aumentou no período em relação a 2019.
- **Realização de imposto de renda diferido ativo:** o incremento das atividades de e-commerce da Companhia, motivadas inclusive pela pandemia do COVID-19, proporcionou o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o período, no montante de R\$15.658 mil.
- **Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários:** não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.
- **Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19:** a Companhia não teve nenhum desconto recebido de nossos locadores nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto também desse item.

Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2020. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação caixa e também captou empréstimos no período e negociou prazos com fornecedores para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

Até o momento, por ser uma empresa de e-commerce, os impactos vivenciados pela Companhia foram de aumento do tráfego de usuários em sua plataforma e consequente aumento do volume de vendas. Em relação à segurança dos empregados, a Companhia adotou política de home office para todos da matriz situada em São Paulo e para parte das áreas administrativas de seu Centro de Distribuição. Já para as equipes operacionais do Centro de Distribuição, que mantiveram o trabalho presencial, a Companhia implantou rígidos protocolos de segurança visando a mitigação do risco de contágio. Adicionalmente, organizou palestras com médicos e profissionais da saúde para orientações aos empregados. A empresa, até a data deste Formulário de Referência, continua adotando a política de home office para a maioria dos empregados da matriz e mantendo os rígidos protocolos de segurança em seu centro de distribuição. Não há registro de qualquer contágio ocorrido nas dependências da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando seus negócios.